



ALH
RNO MUN
NOVOS

Fortalecer a família para ter crianças fortalecidas

Pesquisa realizada pelo UNICEF revela como é importante investir na família para garantir o desenvolvimento das crianças de até 6 anos e o cumprimento dos direitos da primeira infância

Garantir o pleno desenvolvimento e a proteção das crianças nos primeiros seis anos de vida não é tarefa apenas dos governos e das organizações sociais. A família tem papel fundamental, expresso na própria Constituição brasileira. De acordo com seu artigo 227, o dever de assegurar os direitos da infância é da família, da sociedade e do Estado.

Os pais e os responsáveis pela criança são os atores mais diretamente envolvidos com os cuidados de que ela precisa, e é importante que tenham suas competências fortalecidas na atenção às crianças de até 6 anos para cumprir melhor suas funções.

Por isso, o UNICEF enfatiza a importância das competências familiares, entendidas como o conjunto de conhecimentos, práticas e habilidades necessário para promover a sobrevivência, o desenvolvimento, a proteção e a participação das crianças. São competên-

cias que as famílias já possuem, mas, em muitos casos, precisam ser fortalecidas.

As competências familiares envolvem desde a preparação adequada antes do nascimento até a estimulação psicossocial da criança, o seu desenvolvimento cognitivo e a capacidade de identificar sinais de doença e tomar as providências necessárias, assim como a promoção da paz e a prevenção da violência. Há, no Brasil, iniciativas governamentais e não-governamentais voltadas a promover essas competências. Três exemplos de grande abrangência são o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (Pacs), parcerias do governo federal com as prefeituras, e o trabalho da Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Eles atuam em contato direto com as famílias em comunidades pobres e oferecem orientações aos pais sobre os cuidados necessários com os filhos.

No primeiro semestre de 2005, existiam 196.009 agentes comunitários de saúde atuando em 5.110 municípios e o PSF tinha em torno de 22 mil equipes de saúde trabalhando no País. As equipes do PSF são formadas por pelo menos um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e cinco agentes comunitários de saúde. A Pastoral da Criança, no mesmo período, tinha cerca de 140 mil líderes comunitários atuantes.

Pesquisa do UNICEF em comunidades de oito municípios aponta quadro de fragilidade das competências familiares e, portanto, da garantia dos direitos da criança

Em parceria com o Pacs, o PSF, a Pastoral e outros agentes, o UNICEF desenvolve a Estratégia Família Brasileira Fortalecida, programa que tem entre seus objetivos contribuir para o aprimoramento das competências familiares (*veja texto Qualificação das famílias*). Como parte dessa iniciativa, foi realizada em 2004 uma pesquisa extensa sobre o tema em comunidades de oito municípios onde a estratégia seria implantada. Embora não se prestem a generalizações sobre o País, os dados levantados compõem um retrato da situação das competências familiares em comunidades de perfis bem diferentes. A pesquisa envolveu as seguintes localidades:

- Periferia de Belém, no Pará.
- Aldeia indígena Te'yi Kue em Caarapó, em Mato Grosso do Sul.
- Cabo de Santo Agostinho, município da região metropolitana do Recife, em Pernambuco.
- Comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, no Maranhão.

- Juazeiro, na Bahia, município de médio porte do Semi-Árido nordestino.
- Periferia de Pelotas, município de médio porte no Rio Grande do Sul.
- Áreas urbana e rural de Salvaterra, no Pará, município de pequeno porte da Amazônia.
- Área urbana de Tauá, no Ceará, município de pequeno porte do Semi-Árido nordestino.

Em cada município, foram entrevistadas 250 famílias com crianças de até 6 anos – a exceção foi Itapecuru-Mirim, onde a comunidade abordada não tinha o número suficiente de famílias. Os indicadores avaliados demonstram que, embora tenham sido encontradas diferenças significativas entre as oito localidades, todas apresentam quadro de fragilidade das competências familiares e, portanto, da garantia dos direitos de suas crianças.

CUIDADOS COM O NASCIMENTO

A pesquisa do UNICEF avaliou competências relacionadas a cuidados que devem ser tomados desde antes do nascimento da criança. O acompanhamento pré-natal, fundamental para detectar riscos na gestação e prevenir problemas futuros para o bebê, varia de acordo com a localidade. Enquanto em Pelotas três quartos das gestantes fizeram mais de seis consultas no pré-natal, mínimo recomendado pelo Ministério da Saúde, na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim 40% delas não fizeram nenhuma consulta (*veja Tabela 1*). Verificou-se também que as mulheres estão pouco preparadas para exigir seu direito a um pré-natal de qualidade. Quando questionadas sobre o que fariam se não estivessem satisfeitas com o serviço, poucas demonstraram saber

Tabela 1

	Número de consultas realizadas no pré-natal							
	Belém	Caarapó	Cabo de Santo Agostinho	Itapecuru-Mirim	Juazeiro	Pelotas	Salvaterra	Tauá
Nenhuma consulta	6,0%	32,4%	5,1%	40,0%	0,9%	0	6,8%	5,7%
1 a 2 consultas	4,3%	15,1%	1,3%	25,0%	2,7%	1,7%	3,4%	4,0%
3 a 6 consultas	33,7%	23,7%	22,6%	30,0%	38,9%	22,1%	60,5%	46,7%
7 ou mais consultas	56,0%	28,8%	71,0%	5,0%	57,5%	76,2%	29,3%	43,6%

Fonte: UNICEF.

Tabela 2

Participação do pai nas consultas pré-natais								
	Belém	Caarapó	Cabo de Santo Agostinho	Itapecuru-Mirim	Juazeiro	Pelotas	Salvaterra	Tauá
Não foi à consulta	77,0%	84,2%	76,5%	69,2%	55,9%	72,0%	82,7%	70,3%
Foi à consulta	9,1%	7,9%	6,1%	30,8%	16,9%	11,3%	5,8%	19,4%
Assistiu à consulta	13,9%	7,9%	17,4%	0%	27,1%	16,7%	11,5%	10,4%

Fonte: UNICEF.

que poderiam reclamar no Conselho Municipal de Saúde ou na prefeitura.

Durante a gravidez, é importante a imunização antitetânica da gestante para prevenir o tétano neonatal, que representa sério risco de vida para o bebê. A doença decorre da contaminação por instrumentos usados no corte do cordão umbilical. Mais da metade das mulheres entrevistadas em Caarapó e na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim não estava adequadamente imunizada.

Outro fator de risco avaliado na pesquisa é o consumo de tabaco e bebida alcoólica durante a gestação. Os maiores índices foram encontrados em Pelotas, onde 43% das gestantes fumaram e 35% consumiram bebida alcoólica, e Itapecuru-Mirim, onde essas proporções foram de 45% e 50%, respectivamente.

Participação do pai no pré-natal

A participação do pai no pré-natal, primeiro sinal de envolvimento nos cuidados com a criança, é baixa em todas as comunidades pesquisadas (veja Tabela 2). A proporção de pais que não foram às consultas varia de 55,9%, em Juazeiro, a 84,2%, na aldeia de Caarapó. Além disso, observou-se que muitos dos homens que acompanham a mulher não chegam a assistir à consulta. Entre as famílias entrevistadas na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, nenhum pai assistiu às consultas pré-natais.

Em relação ao parto, um dado que chama a atenção é a baixa proporção de casos em que a mãe é acompanhada por alguém da família na hora de dar à luz. Em Belém, apenas 11,6% das mães estavam acompanhadas. Em Pelotas, 13,7%. A presença de alguém da família só é comum nas localidades que têm maior incidência

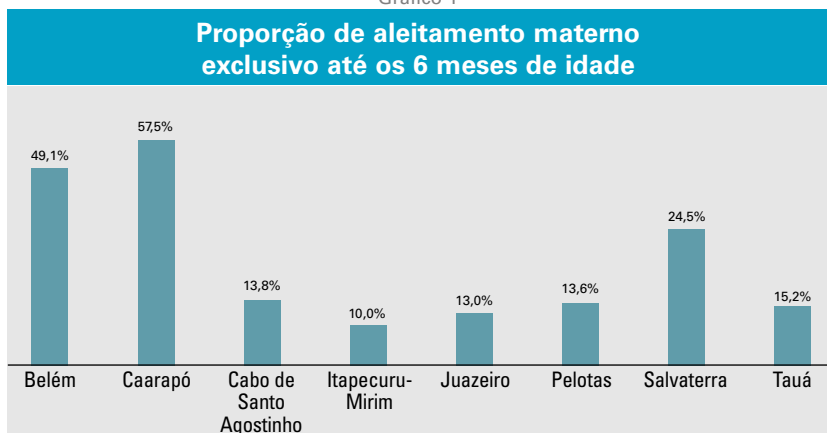
de partos domiciliares. Em Itapecuru-Mirim, onde 61,9% das famílias têm filhos nascidos em casa, a porcentagem de partos acompanhados por alguém da família é de 76,2%. A presença de um familiar ao lado da mãe é um fator importante para reduzir a ansiedade materna e garantir melhor assistência ao parto. Quando foi realizada a pesquisa, a maioria das maternidades do Sistema Único de Saúde (SUS) proibia a presença do acompanhante. Um avanço foi alcançado com a Lei nº 11.108, de abril de 2005, que obriga todos os serviços de saúde do SUS a admitir o acompanhante durante todo o trabalho de parto, o parto e o pós-parto imediato.

A recomendação internacional é de que o aleitamento materno seja exclusivo até os 6 meses de idade e se prolongue pelo menos até os 2 anos

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Outro grupo de competências importante é o dos cuidados com a nutrição da criança, que começam pelo aleitamento materno. A recomendação internacional é de que o aleitamento materno seja exclusivo até os 6 meses de idade e se prolongue pelo menos até os 2 anos. No Brasil, essa recomendação está longe de ser seguida. A pesquisa detectou que a duração média da amamentação exclusiva varia de 1,9 mês, em Cabo de Santo Agostinho e Tauá, a 6,2 meses, na comunidade indígena de Caarapó. A proporção de crianças que se alimentaram apenas de leite do peito até os 6

Gráfico 1



Fonte: UNICEF.

meses é inferior a 20% em cinco dos oito municípios pesquisados (veja Gráfico 1). Também é raro o prolongamento da amamentação até os 2 anos. Apenas em Caarapó a duração média da amamentação chega a essa marca. Em Cabo de Santo Agostinho, Tauá e Pelotas, ela é inferior a um ano.

A dieta das crianças maiores não é suficientemente equilibrada na maior parte das comunidades. O alimento mais consumido é o arroz

Para que o aleitamento materno tenha a duração recomendada, é preciso que a mãe seja bem orientada e que se adotem medidas para facilitar a amamentação. Uma atitude importante é amamentar o bebê na primeira meia hora de vida, o que, de acordo com a pesquisa, nem sempre ocorre nas comunidades estudadas. Em Caarapó

e Salvaterra, mais de 90% das mães amamentaram os filhos logo após o nascimento, mas em Pelotas, Tauá e Juazeiro essa proporção não chegou a 80%.

Qualidade da dieta

As entrevistas mostraram que a dieta das crianças maiores não é suficientemente equilibrada na maior parte das comunidades (veja Tabela 3). O alimento mais consumido é o arroz, seguido pelo feijão e pela carne. Frutas, legumes e verduras são consumidos em proporções bem menores. A situação mais preocupante é a da comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, onde, nas 24 horas anteriores à pesquisa, apenas 10% das crianças comeram fruta, 20% comeram legumes ou verduras, 15% tomaram leite e nenhuma criança comeu ovo. As famílias de Pelotas são as que oferecem dieta mais balanceada aos filhos.

Também se avaliou na pesquisa a suplementação de vitamina A, ferro e iodo, medida necessária para prevenir problemas de saúde sérios em crianças cuja alimentação apresenta quantidade insuficiente desses micronutrientes. Quatro municípios – Cabo de Santo Agostinho, Itapecuru-Mirim, Juazeiro e Tauá – estão incluídos no Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A, do governo federal, que atende às regiões de risco. Em Cabo de Santo Agostinho e Tauá, mais de 95% das crianças de 6 meses ou mais já receberam suplemento de vitamina A. Em Juazeiro e na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, a porcentagem observada foi de

Tabela 3

Alimentos consumidos pelas crianças de até 6 anos nas 24 horas anteriores à pesquisa								
	Belém	Caarapó	Cabo de Santo Agostinho	Itapecuru-Mirim	Juazeiro	Pelotas	Salvaterra	Tauá
Leite	52,2%	27,4%	57,3%	15,0%	52,4%	78,4%	46,3%	79,8%
Fruta	50,0%	27,3%	52,7%	10,0%	42,5%	67,8%	64,9%	35,4%
Legume/verdura	27,6%	51,7%	25,3%	20,0%	33,6%	50,0%	18,1%	20,2%
Arroz	61,8%	91,8%	76,4%	80,0%	71,4%	85,3%	59,7%	87,9%
Ovo	25,2%	21,0%	29,3%	0%	15,7%	23,6%	28,8%	23,6%
Carne	65,0%	54,8%	74,6%	55,0%	63,5%	71,9%	62%	54,9%
Feijão	58,1%	85,3%	76,9%	35,0%	70,9%	84,0%	68,4%	68,7%

Fonte: UNICEF.

pouco menos de 85% das crianças. A situação de Itapecuru-Mirim é preocupante, pois lá também foi encontrada a dieta mais pobre em alimentos que contêm vitamina A (leite, frutas, legumes, verduras e ovo).

A suplementação de ferro, usada para o controle da anemia, doença de alta prevalência no País, também é alvo de ações do governo federal, por meio do Programa Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e do Programa Saúde da Família (PSF). Os resultados da pesquisa sugerem que esses esforços não estão atingindo seus objetivos, porque crianças residentes em áreas que deveriam ser atendidas não receberam nenhuma dose de sulfato ferroso nos três meses anteriores às entrevistas. A proporção de crianças que receberam suplemento de sulfato ferroso nesse período variou de 12,5%, em Itapecuru-Mirim, a 62,6%, na aldeia de Caarapó.

A suplementação de iodo, feita por meio do uso de sal enriquecido, mostrou-se mais eficaz. Das casas onde foi possível verificar o pacote de sal, quase todas tinham sal iodado. Os maiores índices de uso de sal não iodado foram encontrados em Cabo de Santo Agostinho (5,2%) e Tauá (4,8%).

LONGE DAS DOENÇAS

A atenção à saúde da criança depende de competências familiares ligadas à prevenção de doenças, à identificação de sintomas e ao encaminhamento para tratamento quando necessário. Um instrumento básico de acompanhamento da saúde infantil é o Cartão da Criança, no qual são anotadas informações do crescimento, do desenvolvimento e das vacinas recebidas. Nos municípios pesquisados, mais de 95% das famílias entrevistadas afirmaram ter o cartão. A exceção é Juazeiro, onde essa proporção foi de 94,4%. Em Pelotas, a porcentagem chega a 99,2%.

A preocupação com a imunização da criança varia de acordo com a comunidade, mas de modo

geral foram encontradas porcentagens muito baixas de crianças que tinham recebido todas as vacinas básicas para a sua idade (veja Gráfico 2). Na aldeia indígena de Caarapó, a proporção é de menos de 50%, e em três outras localidades – Salvaterra, Cabo de Santo Agostinho e Pelotas – também está abaixo de 75% das crianças. Como as vacinas do calendário obrigatório são oferecidas gratuitamente no País, o esforço dos pais é o principal fator para que a criança esteja com a carteira de vacinação em dia.

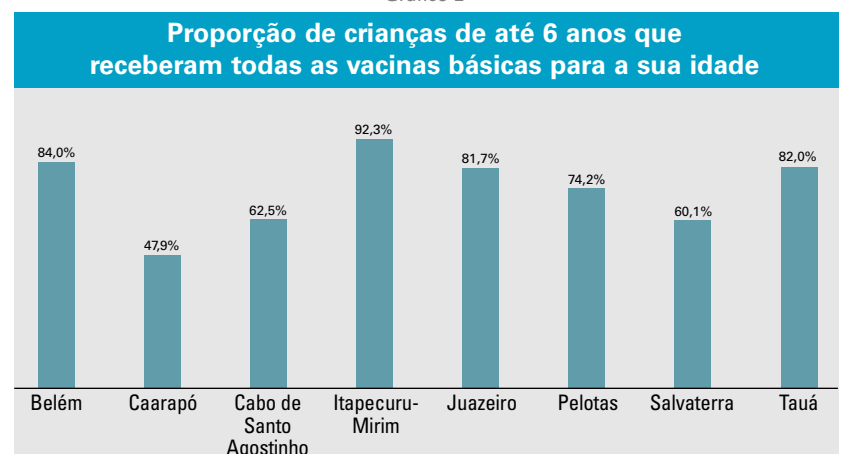
A preocupação com a imunização varia de acordo com a comunidade, mas de modo geral poucas crianças tinham recebido todas as vacinas

A melhor cobertura foi encontrada na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, onde 92,3% das crianças pesquisadas receberam todas as vacinas básicas para a idade. Esse alto índice pode ser conseqüência da ação da Pastoral da Criança na localidade. Todo mês, os líderes comunitários da Pastoral pesam todas as crianças e aproveitam para checar o calendário de vacinação.

Cuidados com a higiene

Os cuidados com a higiene, outra medida preventiva básica, estão bem difundidos nas comu-

Gráfico 2



Fonte: UNICEF.

Tabela 4

Sinais de doença que, para a família, indicam necessidade de procurar serviço médico com urgência								
	Belém	Caarapó	Cabo de Santo Agostinho	Itapecuru-Mirim	Juazeiro	Pelotas	Salvaterra	Tauá
Pele muito amarelada	97,2%	82,9%	94,3%	80,0%	94,5%	93,0%	93,1%	94,0%
Tosse com febre alta	98,8%	89,9%	98,3%	90,5%	97,6%	98,8%	100,0%	98,0%
Dificuldade de respirar	99,6%	86,9%	93,1%	80,9%	100,0%	99,4%	100,0%	96,4%
Respiração rápida com chiado	96,8%	91,5%	90,6%	81,0%	96,1%	95,2%	96,3%	94,0%
Olhos fundos, sede intensa, moleza extrema	97,6%	86,5%	94,7%	76,2%	98,4%	98,7%	99,4%	95,1%
Sangue nas fezes	98,2%	84,3%	97,5%	95,0%	99,2%	98,2%	97,5%	94,4%
Pés, mãos e lábios arroxeados	99,2%	85,9%	97,6%	71,4%	96,9%	98,1%	100%	93,5%

Fonte: UNICEF.

nidades pesquisadas. Em quase todas as famílias, o responsável pela criança lava as mãos depois de ir ao banheiro, antes de cozinhar e, em proporção um pouco menor, antes de dar comi-

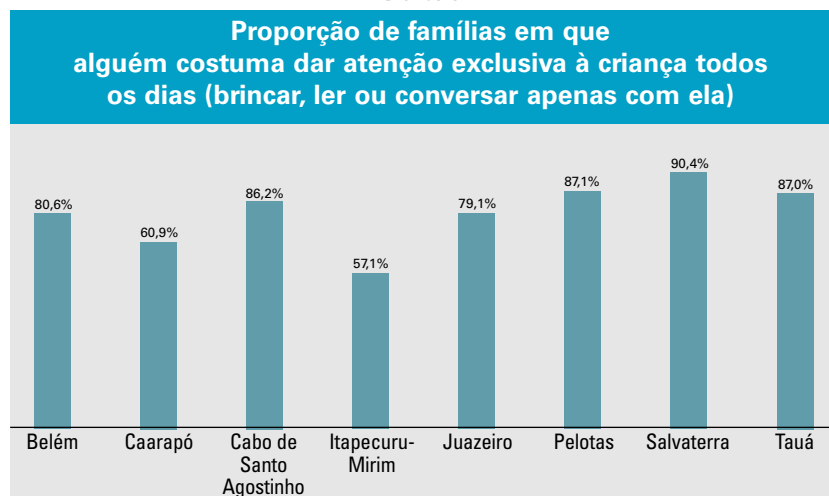
No universo da pesquisa, a maioria dos pais e responsáveis pelas crianças sabe identificar sinais de doença que exigem atendimento médico com urgência, mas há exceções (veja Tabela 4). Em Caarapó e Itapecuru-Mirim, mais de 10% dos entrevistados deixaram de incluir entre esses sinais, por exemplo, olhos fundos, sede intensa e moleza extrema, pés, mãos e lábios arroxeados, pele muito amarelada e dificuldade de respirar.

A falta de atenção a esses sintomas representa um sério risco para as crianças. Como as duas comunidades estão localizadas em áreas rurais, distantes dos serviços de saúde, é fundamental que a família tome a iniciativa de procurar um médico o mais rapidamente possível quando a criança apresentar alguma doença, para que o quadro não se agrave demais antes do atendimento.

A pesquisa constatou que é grande o número de crianças que não costumam receber atenção exclusiva dos familiares

da à criança. Entre as crianças, o hábito de lavar as mãos antes de comer é também bastante comum. As porcentagens observadas variam de 90,5%, em Juazeiro, a 97,2%, na aldeia indígena de Caarapó. A proporção de crianças que lavam as mãos depois de ir ao banheiro varia de 91%, na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, a 96,8%, em Salvaterra.

Gráfico 3



Fonte: UNICEF.

ESTÍMULO E ORIENTAÇÃO

A família tem um papel-chave no desenvolvimento cognitivo e emocional dos filhos. É preciso dar atenção à criança, estimulá-la e proporcionar um ambiente que contribua para esse desenvolvimento. A pesquisa constatou que é grande o número de crianças que não costumam receber atenção exclusiva dos familiares. Nas entrevistas, perguntou-se se alguém da família brincava, lia ou conversava apenas com a criança diariamente. A resposta foi negativa para 42,9% das famílias da comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim; 39,1% das famílias da

Tabela 5

Atitude do responsável quando a criança de até 6 anos não se comporta bem

	Belém	Caarapó	Cabo de Santo Agostinho	Itapecuru-Mirim	Juazeiro	Pelotas	Salvaterra	Tauá
Diz “não” e explica por quê	94,8%	68,9%	82,7%	90,5%	90,5%	83,2%	87,3%	89,6%
Faz ameaças	46,2%	38,6%	53,6%	61,9%	48,8%	49,0%	58,6%	52,3%
Dá umas palmadas	80,2%	48,5%	81,9%	85,7%	76,0%	74,3%	80,3%	74,0%
Bate	55,0%	49,2%	57,5%	85,7%	52,0%	38,4%	59,3%	41,6%

Fonte: UNICEF.

aldeia de Caarapó; e 20,9% das famílias de Juazeiro (veja Gráfico 3).

O hábito de brincar com outras crianças, também importante para o desenvolvimento infantil, faz parte do dia-a-dia de uma proporção um pouco maior de crianças, variando de 78,2%, em Pelotas, a 95,2%, em Itapecuru-Mirim.

Estimular as crianças no ambiente doméstico é especialmente importante, porque a pesquisa detectou uma baixa procura por creches e, em algumas das oito comunidades, também por pré-escolas. Na faixa de até 3 anos, freqüentam creches 8,4% das crianças em Pelotas, 9,6% em Juazeiro e 11,8% em Salvaterra. A maior proporção, encontrada na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, foi de 25%. No grupo de 4 a 6 anos, embora todas as crianças devessem estar matriculadas em pré-escolas, isso se verificou em apenas 27,3% das famílias de Itapecuru-Mirim; 32,3% da aldeia de Caarapó; e 34,3% de Pelotas. Nas demais comunidades, a porcentagem foi superior a 70%, chegando a 92,5% em Tauá.

A presença de livros, revistas e brinquedos em casa é insuficiente em todas as oito localidades, embora haja diferenças de uma para outra. Mais de 40% das famílias não têm livros infantis nas comunidades localizadas em áreas urbanas, e a situação é muito pior nas áreas rurais. Em Itapecuru-Mirim, só 9,5% das famílias possuem algum livro infantil. A proporção de crianças que têm contato com revista ou jornal, embora seja maior, também é muito pequena nas comunidades rurais – não chega a 15% em Caarapó e Itapecuru-Mirim.

Além disso, a pesquisa constatou que as famílias têm poucos brinquedos: a média para cada criança varia de 3,2, na comunidade quilombola

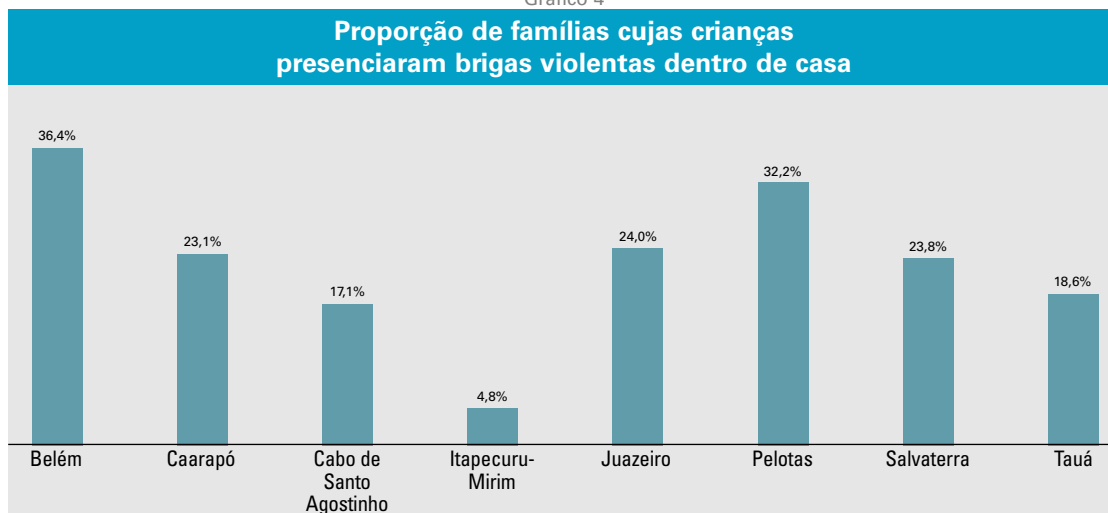
de Itapecuru Mirim, a 5,8, em Pelotas. Os mais comuns são bolas e bonecos. Em boa parte das casas, faltam outros tipos de brinquedo importantes para a estimulação infantil. Os de encaixar ou de montar, por exemplo, são usados por menos da metade das crianças. Para ampliar o acesso aos brinquedos e aumentar a convivência com outras crianças, uma medida recomendável nas comunidades participantes da pesquisa é a criação de brinquedotecas.

Outra função dos pais ou responsáveis é orientar o comportamento da criança, o que inclui administrar bem situações em que ela faz alguma coisa de errado. Nesses casos, é importante resolver o problema sem violência, dizendo que a criança não deve se comportar daquela forma e explicando por quê.

A presença de livros, revistas e brinquedos em casa é insuficiente em todas as oito localidades, embora haja diferenças de uma para outra

Embora a maioria dos entrevistados afirme ter essa conversa com a criança, boa parte também apela para atitudes violentas, como fazer ameaças, dar palmadas e bater (veja Tabela 5). Em Tauá, Pelotas e Juazeiro, cerca de 75% dos pais ou responsáveis dão palmadas nas crianças quando elas se comportam mal, e essa proporção ultrapassa 80% em Belém, Salvaterra, Cabo de Santo Agostinho e Itapecuru-Mirim. No geral, cerca de 90% dos entrevistados revelaram usar algum tipo de violência física ou verbal para repreender a criança.

Gráfico 4



Fonte: UNICEF.

CRIANÇA PROTEGIDA

Competências associadas à proteção da criança também foram avaliadas na pesquisa. Uma delas é a prioridade dada aos filhos no orçamento familiar. Para que as necessidades da criança sejam supridas, é preciso que a pessoa responsável por ela – em geral a mãe – tenha controle sobre o orçamento da casa, podendo deci-

dir o que vai ser comprado para a criança e quanto vai ser gasto. Nas comunidades pesquisadas, isso ocorre em aproximadamente três quartos das famílias. Proporções menores foram identificadas em Cabo de Santo Agostinho (70,6%), Belém (67,6%) e Juazeiro (63,3%). Nas famílias em que a mãe ou responsável não decide sobre os gastos com o filho, esse papel em geral é do pai.

criar a criança em um ambiente livre de violência e de riscos de acidente é outra medida de proteção necessária e muitas vezes descumprida. Em Belém e Pelotas, mais de 30% das crianças já presenciaram brigas violentas dentro de casa (veja Gráfico 4). Das oito localidades pesquisadas, a única em que essa porcentagem está abaixo de 10% é Itapecuru-Mirim (4,8%).

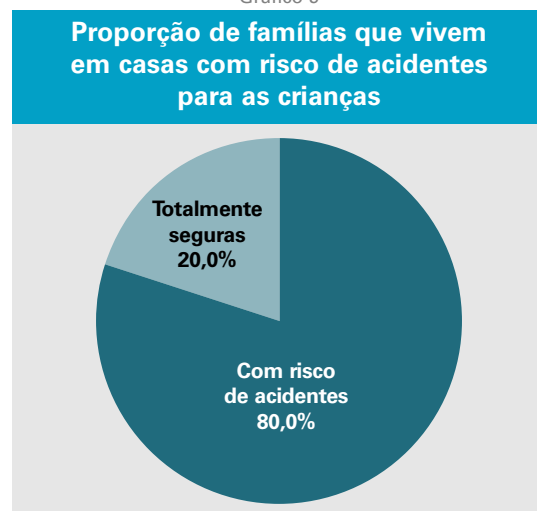
As precauções adotadas para prevenir acidentes são insuficientes em todas as comunidades. Alguns cuidados básicos deixam de ser observados com frequência – mais da metade das crianças menores de 1 ano dorme na mesma cama que os pais, por exemplo – e só 20% das famílias vivem em casas totalmente seguras para as crianças (veja Gráfico 5). Como os acidentes representam uma importante causa de mortalidade de crianças no Brasil, esse é um dos pontos que merecem atenção em iniciativas de orientação das famílias.

Educar a criança em um ambiente sem violência e riscos de acidente é outra medida de proteção necessária e muitas vezes descumprida

criar a criança em um ambiente livre de violência e de riscos de acidente é outra medida de proteção necessária e muitas vezes descumprida. Em Belém e Pelotas, mais de 30% das crianças já presenciaram brigas violentas dentro de

criar a criança em um ambiente livre de violência e de riscos de acidente é outra medida de proteção necessária e muitas vezes descumprida. Em Belém e Pelotas, mais de 30% das crianças já presenciaram brigas violentas dentro de

Gráfico 5



Fonte: UNICEF.

Qualificação das famílias

Estratégia do UNICEF oferece subsídios para agentes comunitários de saúde, líderes da Pastoral da Criança e professores de creches e pré-escolas atuarem na promoção das competências familiares



Kit *Família Brasileira Fortalecida*, UNICEF, 2004

Fortalecer as competências familiares é um dos focos do trabalho do UNICEF no Brasil. Para isso, seu principal programa na atenção às crianças brasileiras de até 6 anos é a Estratégia Família Brasileira Fortalecida, que parte da noção de que a família é o agente mais importante na prestação de cuidados às crianças de até 6 anos.

O principal instrumento utilizado na iniciativa é o kit *Família Brasileira Fortalecida*, lançado em 2004 e composto de cinco álbuns sobre os cuidados necessários com a criança em cada fase, desde a gestação até os 6 anos. O material foi desenvolvido para ser usado por agentes do Programa Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e do Programa Saúde da Família (PSF), líderes comunitários da Pastoral da Criança, professores de creches e pré-escolas e principalmente pelas famílias. Até 2005, o programa já beneficiou perto de 2 milhões de famílias.

Uma das características do kit é apresentar as informações essenciais à família de forma didática e acessível. Na definição do formato e na elaboração dos álbuns, o UNICEF contou com a colaboração de agentes comunitários de saúde e de diversas instituições que atuam na atenção à criança de até 6 anos. Com textos simples e objetivos, acompanhados de ilustrações, os álbuns explicam desde temas que já fazem parte do trabalho dos agentes de saúde, como pré-natal, amamentação e prevenção de doenças, até assuntos como desenvolvimento psicossocial e cognitivo, proteção da criança e violência, além da importância da participação do pai na criação dos filhos. Todos os tópicos são abordados sob o ponto de vista dos direitos da criança.

O material foi bem-recebido tanto pelos profissionais que o utilizam em seu trabalho quanto pelas famílias. “Durante toda a minha vida de agente comunitário de saúde, eu nunca tinha recebido um presente tão valioso como este kit”, afirma Francisco Roldão, de Juazeiro do Norte, Ceará. “O material didático enriquece nossa vida profissional. Com ele, somos capazes de realizar oficinas, reuniões e palestras que antes não conseguiríamos fazer”, acrescenta a agente comunitária de saúde Zilene Alves, de Nova Russas, Ceará.

Pais e mães também encontram no kit uma importante fonte de informações. “Se eu tivesse conversado há mais tempo sobre o que diz o álbum, não teria tido oito filhos e saberia o quanto é importante a gente ter mais tempo para brincar e conversar com eles”, diz Ornete da Conceição, moradora de João Pessoa.

A ideia é fazer, em todos os municípios brasileiros onde se utilizará o kit Família Brasileira Fortalecida, uma pesquisa sobre o tema antes de ele ser usado na qualificação de agentes comunitários de saúde, líderes da Pastoral da Criança e professores de creches e pré-escolas.

Depois do trabalho de fortalecimento das competências familiares, o UNICEF deu início em 2005 a um projeto voltado para as competências municipais na atenção à criança de até 6 anos. Para isso, editou o livro *O município e a criança de até 6 anos*, que trata das competências de vários atores sociais no município, como prefeitos, vereadores, juízes e promotores, empresários, profissionais de saúde, profissionais de educação, conselheiros, radialistas e jornalistas, entre outros. O livro será distribuído gratuitamente em todos os municípios brasileiros para os principais atores sociais relacionados à infância.



O município e a criança de até 6 anos, UNICEF, 2005

Programas de rádio discutem cidadania

Com o apoio do UNICEF, dois projetos no interior do Ceará usam o rádio para discutir com a comunidade temas relativos aos Conselhos Tutelares e às competências familiares e municipais



Defensor dos direitos da criança e do adolescente, Perereca, personagem do programa de rádio *Conselhos para o Futuro*, ajuda a fortalecer os Conselhos Tutelares no Semi-Árido

Para o educador Paulo Freire, comunicação é diálogo – e as pessoas só aprendem se comunicando. Prova disso são as conversas realizadas entre as famílias que participam do projeto Comunicando Saberes, Realizando Sonhos: O Rádio no Fortalecimento das Competências Familiares, implantado em cinco municípios do interior do Ceará. Em cada município realizam-se duas reuniões: uma na zona rural e outra na zona urbana, somando dez rodas de conversas.

Iniciado em 2002, o projeto busca sensibilizar radialistas do interior cearense para fortalecer as famílias e os municípios em suas competências. Com apoio do UNICEF, a ONG Catavento Comunicação e Educação Ambiental capacita radialistas, produz e distribui um programa semanal chamado *Conversa em Família* e spots sobre as competências familiares e municipais para sessenta emissoras de rádio do interior do Estado.

As pessoas contam suas experiências e falam sobre cuidados com a criança, relações familiares, dúvidas e dificuldades. As conversas reúnem mães e pais e vão tomando o rumo que o grupo quer. Em uma reunião no município de Palhano, Pedro Miguel do Nascimento, 48 anos, levou a filha mais velha, de 25 anos, o genro e a neta, de 4 anos, além da segunda mulher e das duas filhas mais novas, de 7 e 3 anos. Nesse dia, o bate-papo girou em torno de dois temas: a importância de os filhos conhecerem o local de trabalho do pai para valorizarem os bens que têm em casa; e a importância de os

pais darem mais frutas e verduras às crianças para que elas adquiram bons hábitos alimentares.

Nos encontros, as histórias de um ensinam os outros. Para a dona de casa Francimar da Silva Souza, 31 anos, de Lagoa da Telha, no município de Palhano, o programa de rádio ajuda a discutir as relações familiares e como o pai e a mãe podem contribuir para o desenvolvimento emocional dos filhos. Francimar não pôde amamentar a primeira filha porque descobriu um câncer logo após a gravidez. A criança morreu por desidratação. Ela venceu a doença e viu que o leite materno é de grande importância para a saúde e o bem-estar infantil. Depoimentos como os de Pedro Miguel e Francimar serão usados em um vídeo e em vinhetas sobre as competências familiares. O material será produzido até janeiro de 2006.

O Comunicando Saberes, Realizando Sonhos também elabora um jornal mural intitulado *Sintonia Infância*, com o objetivo de articular a Rede de Radialistas Amigos e Amigas da Infância, criada também em 2002. A rede é formada por mais de cem radialistas, em todo o Ceará, que abrem espaço em seus programas e nas emissoras em que atuam para discussões sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. “Com essa rede a gente discute, se integra e se aprimora”, ressalta o radialista Deri Martins, 38 anos, da Rádio Jornal de Canindé. O foco é a informação de qualidade, respeitando as diferenças de cada região, porém sem perder de vista o principal motivo da sua criação: a infância. “A rede é impor-

tante não só porque une os radialistas e tem um programa que fala sobre as famílias, mas também por ajudar os ouvintes a educar seus filhos”, lembra o radialista Júlio Lopes, 40 anos, da rádio Difusora Vale do Acaraú.

Além do jornal mural, os radialistas que integram a rede recebem mensalmente um exemplar do boletim do Selo UNICEF Município Aprovado, com informações sobre as ações dos municípios em favor da criança.

INFORMAÇÃO DE QUALIDADE

O rádio, um dos principais difusores de informação nas cidades cearenses, também foi o meio escolhido pela ONG Catavento para realizar o projeto Bom Conselho a Gente Faz. Desenvolvido com o apoio do UNICEF desde julho de 2004, o objetivo do projeto é fortalecer os Conselhos Tutelares. Centrado na produção de vinte programas educativos, além de spots, o Bom Conselho a Gente Faz elaborou questionários enviados aos conselhos dos trinta municípios participantes do projeto e analisou as respostas dessa pesquisa. A partir de depoimentos, dúvidas e opiniões de conselheiros e conselheiras tutelares, a equipe executora do projeto concluiu que é grande a desinformação sobre a atribuição dos conselhos – desde os conselheiros em segundo mandato até as comunidades atendidas pelo órgão.

Após a avaliação da situação dos Conselhos Tutelares, iniciou-se a produção do programa, o Conselhos para o Futuro. O diagnóstico inicial permitiu reconhecer o contexto de atuação dos conselheiros e obter apoio com base em informações que pudessem reforçar sua atuação.

O projeto do Bom Conselho a Gente Faz para o próximo ano é consolidar a aproximação entre radialistas e conselheiros; mobilizar as comunidades para que reconheçam nos Conselhos Tutelares uma instância de proteção dos direitos de crianças e adolescentes; e continuar a disseminar entre os conselheiros informações que possam ser úteis ao seu trabalho. Até novembro de 2005, os programas chegavam a 47 municípios do

Ceará, distribuídos pelo UNICEF para sessenta emissoras participantes da Rede de Radialistas Amigos e Amigas da Infância.

“Os programas Conversa em Família e Conselhos para o Futuro são importantes por conta do acesso à informação sobre infância e adolescência. É uma forma de democratizar a comunicação”, diz Valmir Gomes, 29 anos, conselheiro tutelar de Palhano. Para ele, os programas ajudaram a tornar os conselheiros mais próximos dos radialistas e da comunidade. “Depois que os dois projetos chegaram a Palhano, a população procura mais os conselhos”, afirma.

As crianças e os jovens de Palhano adoram Perereca, personagem do programa de rádio *Conselhos para o Futuro* – o que comprova o sucesso do projeto Bom Conselho a Gente Faz. No dia em que o município conheceu o super-herói que, até então, só era ouvido pelo rádio, houve visitas à emissora do município e a uma escola, além de muitas brincadeiras.

“Disfarçado” de homem comum, Perereca chegou à cidade de ônibus numa tarde ensolarada de novembro, sem revelar seus superpoderes. Ao encontrar uma pequena sala, iniciou a transformação. Uniforme verde, sandálias, chapéu de cangaço, capa, máscara no rosto, Estatuto da Criança e do Adolescente no bolso e muito bom humor caracterizaram o super-herói do Semi-Árido, defensor dos direitos da criança e do adolescente.

O recém-lançado Pacto Nacional Um mundo para a criança e o adolescente do Semi-Árido confirma que a infância dessa região do País precisa de atenção especial imediata. Desenvolver projetos que abordem o fortalecimento dos Conselhos Tutelares e estimular a percepção da importância da família no cuidado com a criança são estratégias essenciais para superar o êxodo rural e a crença na impossibilidade de vida digna no Semi-Árido.

Além desses projetos, o UNICEF também qualifica radialistas de sete Estados com a cartilha *Rádio pela Infância – Desenvolvimento Infantil – Cartilha do Radialista*, elaborada em parceria com a Rádio Extra Comunicação, do Estado do Ceará. A iniciativa abrange 102 municípios e já atingiu 491 radialistas.